

A formação social do Israel pré-estatal

Uma tentativa de reconstrução histórica, a partir do Cântico de Débora (Jz 5)

Carlos A. Dreher

1 — Introdução

Os modelos propostos pela pesquisa vétero-testamentária para explicar o Israel pré-estatal têm-se mostrado insatisfatórios. A hipótese mais conhecida, e que se impôs ao longo de 4 décadas, é a proposta por Martin Noth, em sua obra *Das System der zwölf Stämme Israels*, publicada em 1930.⁽¹⁾ Trata-se da tese de que Israel tenha representado uma Anficionia, isto é, uma liga sacral, não política, que, de modo análogo a anficionias gregas, ter-se-ia composto de um número de 12 ou 6 tribos, reunidas em torno de um santuário central comum. O número de 12 ou 6 seria exigido pelo revezamento destas tribos no serviço do santuário, ao longo dos 12 meses do ano. Cada tribo prestaria tal serviço durante 1 ou 2 meses.

Embora pareça provável, dada a insistência com que o número 12 é referido às tribos que compõem Israel, este modelo esbarra no texto de Jz 5, conhecido como o Cântico de Débora, e considerado como um dos mais antigos da literatura vétero-testamentária⁽²⁾. Ali, conforme listagem que não há porque considerar incompleta, Israel é constituído de apenas 10 tribos. Sintomaticamente, Noth evita este texto em sua tese, considerando a referida listagem como ampliação secundária em torno de apenas

(1) NOTH, M. *Das System der zwölf Stämme Israels*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966.

(2) Cf. p. ex. EISSFELDT, O. Einleitung in das Alte Testament. In: BULTMANN, R., ed. *Neue Theologische Grundrisse*. 2. ed. Tübingen, 1956, p. 824; SELLIN, E. FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo, Paulinas, 1978, V. 1, p. 293s.

duas tribos — Naftali e Zebulom —, efetuada arbitrariamente pelo autor do cântico⁽³⁾. Tentando socorrer seu colega, S. Mowinkel⁽⁴⁾ pretendeu afirmar uma anfictionia de apenas 10 tribos. Mas, não havendo um número de tribos divisível por 6, a tese da anfictionia cai por terra, uma vez que a idéia da rotatividade dos grupos anficiônicos em torno do santuário não mais funciona.

Há ainda um outro argumento decisivo a solapar a anfictionia. Cada vez mais tem-se imposto a constatação de que o Israel pré-estatal não possuiu um santuário central. Mesmo a possibilidade de a arca da aliança haver sido um santuário ambulante comum às tribos de Israel não encontra suficiente sustentação. Com razão, Herbert Donner⁽⁵⁾ constata que as passagens em que a arca aparentemente surge como tal (Êx 25.10-22; 37.1-9; Nm 10.35s), encontram-se claramente sob a pressão de uma generalização e de uma nacionalização da pré-história de Israel, e, deste modo, são historicamente inutilizáveis. As antigas narrativas sobre a arca (1 Sm 4-6; 2 Sm 6), porém, indicam que ela não é mais do que um objeto cúltrico das tribos da Palestina Central, portanto de significação regional limitada. Acrescente-se a isso, o fato de que, no Livro de Juízes, que mais concretamente descreve a vida de Israel anterior à monarquia, a arca nem sequer é mencionada.

Assim, o modelo proposto por Noth não encontra mais sustentação.

Que foi, então, o Israel pré-estatal? — Se a idéia de uma liga sacral se mostra insuficiente, a alternativa que permanece é de que se trate de uma liga política, surgida do conflito entre as tribos da Palestina e as cidades-estado que, desde remotos tempos, até o período anterior à instalação da monarquia, dominaram as planícies da Palestina, com a sustentação da superpotência da época, o Egito, de quem aquelas cidades eram vassalas.

Segundo os pesquisadores, o modelo de dominação destas cidades-estado sobre a Palestina ter-se-ia dado em moldes feu-

(3) Cf. NOTH, M. op. cit., p.5 e 29.

(4) MOWINKEL, S. "Rahelstämme" und "Leastämme". In HEMPEL, J. et ROST, L., eds. **Von Ugarit nach Qumran. Beiträge zur Alttestamentlichen und Altorientalischen Forschung** (BZAW 77). Berlin, Verlag Alfred Töpelmann, 1958, p. 129-150.

(5) DONNER, H. Geschichte des Volkes Israel und seiner Nachbarn in Grundzügen — Teil 1: Von den Anfängen bis zur Staatbildung. In: BEYERLIN, W., ed. **Grundrisse zum Alten Testament** (ATD-Ergänzungsreihe). Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1974. V. 4/1, p.65.

dais. Entende-se por feudalismo, o modo de produção, no qual uma classe dominante é proprietária do meio de produção, é proprietária da terra. Nesta terra, os camponeses trabalham como servos daqueles senhores. Da luta destes servos e de seus aliados contra as cidades, ter-se-ia originado Israel.

Apesar de concordar com que Israel, no período pré-estatal, seja formado por tribos em conflito com tais cidades-estado, não posso, a partir de Jz 5, admitir o modelo feudal para a relação entre Israel e as cidades, como será demonstrado a seguir.

Em todo o caso, creio que toda e qualquer tentativa de reconstruir a formação social chamada "Israel" no período anterior à monarquia, passa obrigatoriamente por Jz 5. Não há como evitá-lo. Trata-se de um texto que relata acontecimentos que envolvem Israel, datáveis para a primeira metade do séc. XII a.C., ou, em números redondos, para antes de 1150 a.C..

É este texto que pretendo agora analisar. A composição deste cântico de vitória, expresso ainda oralmente, deve ter acontecido em um momento muito próximo à batalha que descreve, talvez até mesmo logo após ela. O texto é fortemente carregado por mulheres — Débora e Jael são as heroínas; as mulheres do palácio são ridicularizadas —, e provavelmente foi composto por mulheres.

Por último, seja dito que a tarefa de reconstruir o Israel pré-estatal é bastante ingrata. As fontes extra-bíblicas que possam confirmar qualquer tentativa são praticamente inexistentes. Os vislumbres que o texto bíblico nos permite, precisam ser forçosamente complementados pela sociologia, notadamente pelo conceito de "modo de produção". É o que tento fazer a seguir, consciente da limitação que um único texto representa para a reconstituição de todo um mundo multicolorido e multifacetário. Jz 5 não é mais do que uma fotografia. Mas uma fotografia confiável e decisiva para iluminar um mundo desconhecido.

2 — O Cântico de Débora — Jz 5.2-31a

- v. 2 : Quando os cabelos foram deixados soltos em Israel, quando o povo se apresentou voluntariamente. — Louvai a Javé!

- v. 3 : Ouvi, reis! Dai ouvido, príncipes!
Eu, para Javé, eu quero cantar;
farei música para Javé, Deus de Israel.
- v. 3 : Javé: Ao saíres de Seir,
ao marchares desde o campo de Edom,
terra tremeu, também céus gotejaram,
também núvens gotejaram água, (5) montes escor-
reram,
- v. 5 : diante de Javé, aquele do Sinai,
diante de Javé, Deus de Israel.
- v. 6 : Nos dias de Samgar, filho de Anate, nos dias de Jael,
cessaram as caravanas,
e os que andavam em caminhos, andavam por rotas tor-
tuosas.
- v. 7 : Engordaram os camponeses, em Israel engordaram em
despojos,
porque tu te levantaste, Débora,
porque tu te levantaste, mãe em Israel!
- v. 8 : Encolheram-se deuses novos, então houve guerra nos por-
tões;
escudo realmente não se viu, nem lança, em 40 unidades
de defesa em Israel.
- v. 9 : Meu coração se inclina para os "comandantes" de Israel,
os quais se apresentam voluntariamente. Louvai a Javé!
- v. 10 : Vós, que montais jumentas vermelho-amareladas,
vós, que sentais sobre túnicas,
e vós, que andais sobre o caminho,
- v. 11 : prestai atenção (11) na voz dos distribuidores d'água entre
os bebedouros!
Lá se cantam os atos de justiça de Javé,
os atos de justiça de seus camponeses em
Israel!
- Então o povo de Javé desceu para os portões.
- v. 12 : Desperta, desperta, Débora!
Desperta, desperta, fala um canto!
Levanta, Baraque,
e leva presos teus prisioneiros, filho de Abinoão!
- v. 13 : Então desceu um remanescente de fortes;
o povo de Javé desceu para mim como guerreiros.
- v. 14 : De Efraim desceram aqueles, cujas raízes estão em Amale-
que,

- “Atrás de ti, Benjamin, com tuas tropas!”
 De Maquir desceram “comandantes”,
 e de Zebulom condutores com bastão de comando.
- v. 15 : E os capitães de Issacar estavam com Débora,
 e, como Issacar, assim Baraque foi enviado ao vale com
 seus peões.
 Nas divisões de Rúben houve grandes decisões de co-
 ração.
- v. 16 : Por que ficaste sentado entre os dois cestos da sela, a ouvir
 sons de flauta de rebanhos;
 Para as divisões de Rúben, grandes são as reflexões
 de coração.
- v. 17 : Gileade permaneceu do outro lado do Jordão.
 E Dã, por que vive como estrangeiro em navios?
 Aser ficou junto à costa dos mares, e junto a suas baías per-
 manece.
- v. 18 : Zebulom é um povo que colocou sua vida em jogo;
 Também Naftali, sobre elevações de campo.
- v. 19 : Vieram reis, lutaram;
 então lutaram os reis de Canaã;
 em Taanaque, junto às águas de Megido;
 lucro de prata não levaram!
- v. 20 : Dos céus lutaram as estrelas;
 de suas estradas lutaram com Sísera!
- v. 21 : Ribeiro Quisom os arrastou!
 O ribeiro veio ao seu encontro!
 Ribeiro Quisom!
 Pisa a garganta do forte!
- v. 22 : Então martelaram cascos de cavalos;
 Galopar, galopar de seus ganhões!
- v. 23 : “Amaldiçoai Meroz!” — disse o mensageiro de Javé.
 “Amaldiçoai de fato os seus governantes,
 Porque não vieram em socorro de Javé,
 em socorro de Javé com os guerrei-
 ros”.
- v. 24 : Abençoada seja dentre as mulheres Jael,
 mulher do grupo quenita;
 Dentre as mulheres da tenda seja abençoada!
- v. 25 : Água ele pediu,
 leite ela deu.
 Em taça de nobres alcançou coalhada.

- v. 26 : Sua mão para a estaca ela a estende,
 e sua direita para um martelo de trabalhadores;
 e martela Sísera,
 arrebenta sua cabeça,
 e esmigalha,
 e corta ao meio sua têmpera!
- v. 27 : Entre os pés dela vergou, caiu, deitou-se;
 entre os pés dela vergou, caiu,
 onde vergou,
 ali caiu, aniquilado.
- v. 28 : Através da janela olhou para baixo e lamentou
 a mãe de Sísera, através da janela gradeada:
 “Por que tarda em vir sua carriagem?
 Por que se demoram os passos de seus carros?”
- v. 29 : A mais sábia de suas damas de companhia lhe responde;
 ela mesma dá resposta para si:
- v. 30 : “Não encontram e repartem saque?
 Uma mulher, duas mulheres para cada homem;
 Saque de panos coloridos para Sísera;
 Saque de panos coloridos, de tecido em cores;
 Pano colorido, tecido em duas cores,
 para o meu pescoço, como saque.”
- v. 31 : Assim pereçam todos os teus inimigos, Javé!
 E os teus amigos sejam como o nascer do sol em sua força!

3 — Um pouco de geografia

Em três momentos, o texto nos dá pequenas indicações que permitem localizar geograficamente os acontecimentos nele relatados. A primeira delas, no v. 15, é apenas superficial; diz-nos que “Baraque foi enviado ao **vale**”, e deve referir-se ao campo de batalha. A segunda é bem mais clara. Encontra-se no v. 19, e nos diz que os reis lutam “em Taanaque, junto às águas de Megido”. E, intimamente ligada a esta, a terceira, no v. 21, menciona o ribeiro Quisom.

Somadas estas referências, o texto nos coloca no Vale de Jezreel, que separa as montanhas da Galiléia das serras da Samaria. Trata-se da mais vasta planície da Palestina.

Como indica o próprio nome — “Deus semeia” —, a Planície de Jezreel é muito fértil. Seu solo aluvial é formado pelas águas que escorrem das encostas montanhosas de sul e norte, e

cujo único desaguadouro é o Ribeiro Quisom. Essa fertilidade da planície a transformou, desde remota antigüidade, em um celeiro de primeira mão.

O Quisom é um pequeno ribeiro de curso periódico. Apenas já entrado no estreito vale a noroeste da planície e bem próximo de sua desembocadura no Mediterrâneo, torna-se rio perene. Na altura de Jocneã, hoje em dia, sua largura não ultrapassa 1,5 m. Basta, porém, uma rápida chuva, para que a água trazida das montanhas o transformem em um caudaloso rio. Na época de chuvas intensas, comumente o mês de janeiro, seu leito pode espriar-se por mais de 100 m, no local referido, como informam moradores dos arredores. Chuvas rápidas e transbordamentos repentinos de leitos secos de riachos são comuns na Palestina, e seguidamente caminhantes descuidados são apanhados de surpresa pelas águas, nesta época do ano.

Não sabemos localizar as "águas de Megido". Talvez seja apenas um outro nome para a planície, que em textos mais recentes, como Zc 12.11 e 2 Cr 35.22 é também conhecida como Planície de Megido.

A menção a Taanaque e, indiretamente, a Megido parece conter uma alusão ao cinturão de cidades-estado que, qual ferro-lho intransponível, se estendia pelo limite sul da planície. Bet-Seã a leste, Ibleã ao sul, Taanaque e Megido ao centro, e, se quisermos estender a linha até a costa do Mediterrâneo, ainda Jocneã e Dor a oeste, barrando os possíveis passos não bloqueados pelo Carmelo, perfaziam a barreira. Desde o séc. XV a.C., no mínimo, a existência deste cinturão de cidades-estado pode ser comprovada. (6)

Interessante é que Taanaque assuma aqui a preponderância. Megido, apenas 9 km mais a noroeste, sempre ocupou o primeiro plano entre estas cidades. Representa, desde a antigüidade, um importante cruzamento de rotas comerciais. Ali se encontram a estrada que, procedente do sul, leva a Damasco, e a via de ligação oeste-leste, que, passando pelas cidades que formam o cinturão, se dirige para a costa do Mediterrâneo. Em vista disso, o controle da Planície de Jezreel sempre foi decisivo do ponto de vista estratégico. Tanto caravanas quanto tropas militares passavam obrigatoriamente pelo vale.

(6) DONNER, H. op. cit., p. 121.

E é neste vale, em Taanaque, junto às águas de Megido, que se trava a batalha do Quisom, relatada no Cântico de Débora, por volta do ano 1150 a.C..

4 — O conflito em Jz 5

Toda e qualquer formação social apresenta um conflito, ou, no mínimo, uma contradição. E sempre será esta contradição ou este conflito que permitirá determinar com clareza a formação social em que acontece. Cumpre, portanto, numa pesquisa histórica, descobrir este conflito e determinar suas causas.

Em Jz 5 o conflito é evidente. Reis de Canaã e Israel se defrontam numa batalha. Contudo, nossa compreensão tradicional destas duas grandezas — Canaã e Israel — representa um risco. Podemos entendê-las como povos distintos, separados por limites distintos. Mas será que este é realmente o caso?

Por isso tomo outro caminho. Procuo, em primeiro lugar, pela causa primária, material, concreta do conflito apresentado no texto. Num segundo momento, busco descobrir como o conflito chegou a seu desenlace. E só então, a organização social e política dos grupos envolvidos deverá ser elucidada.

4.1 — A causa principal do conflito

A causa primária do conflito expresso em Jz 5 encontra-se nas relações econômicas. Trata-se do **tributo**. Apenas uma vez, mas em local central e decisivo, o texto faz esta afirmação. Os vv. 19-22 representavam a virada do texto. Ali pela primeira vez se menciona o inimigo; ali o texto tem seu desfecho. A concluir por forma e estilo, o cerne de vv. 19 e 20 contém as notas decisivas do poema. Ali se indicam o local da luta e o seu motivo. Este motivo é a cobrança de tributo.

“Vieram reis, lutaram; então lutaram os reis de Canaã;
em Taanaque, junto às águas de Megido; (mas) lucro de
prata não levaram!
Dos céus lutaram as estrelas; de suas estradas lutaram com
Sísera!”

Reis vieram, reis lutaram — mas lucro de prata não levaram! Aparentemente a afirmação poderia referir-se aos despojos arrancados pelo vencedor ao vencido, consequência lógica de qualquer batalha. Entretanto, quando quer indicar a presa de

guerra, o texto se utiliza de outro vocábulo. Fala em לָזַבַּח , termo próprio no Antigo Testamento para apontar o espólio (cf. v. 30 = saque).

Na passagem a que me refiro, o texto hebraico emprega a palavra עֲצָקָה . Minha tese é que este substantivo significa aqui o equivalente a um tributo que se tornou extorsivo.

O sentido original do radical עֲצָק , presente apenas 39 vezes no AT, é "cortar", e parece indicar a princípio o ato praticado pelo tecelão ao cortar da urdidura o pedaço de tecido pronto. A derivação mais comum deste significado básico é a de "cortar um pedaço, fazer seu pedaço, fazer lucro", e normalmente o substantivo é então traduzido por "lucro (ilícito)"⁽⁷⁾. Em alguns casos pode assumir o sentido de "ganância, avareza". Na esmagadora maioria dos casos, porém, o seu significado é eminentemente pejorativo, estando relacionado a outras palavras designativas de "suborno, opressão, exploração".

Em no mínimo três passagens, o substantivo é perfeitamente substituível pela palavra "tributo":

Em Jr. 22.17, o profeta dirige-se ao rei Jeoaquim com a seguinte reprimenda:

"Mas os teus olhos e o teu coração não existem, senão para a tua עֲצָקָה (tributo), e para derramar sangue inocente, e para praticar extorsão e opressão."

Em Ez 22.27 são atacados, ao lado dos profetas e sacerdotes, também os funcionários, os שְׂרָפִים com as palavras:

"Os seus funcionários em seu meio são como lobos que despedaçam a presa, para destruir vidas, a fim de arrecadarem tributo(עֲצָקָה עֲצָקָה).

Em Pv 28.16, uma bela antítese ensina: "Um príncipe falto de inteligência aumenta as extorsões; quem despreza a עֲצָקָה (tributo) prolongará seus dias."

Mesmo que optemos pela tradução "lucro ilícito", o caráter extorsivo do termo persistirá. E, ao menos em nossa passagem, permitirá a dedução de que, se é ilícito, ultrapassou os limites do suportável. Neste caso, não se discute a validade do tributo em si.

(7) Cf. KELLERMANN, D. Artigo עֲצָק . In: BOTTERWECK, G. et RINGGREN, H., eds. **Theologisches Wörterbuch zum Alten Testament**. Stuttgart/Berlin/Köln/Mainz, Verlag W. Kohlhammer, 1973. V.1, col. 731-736.

O que leva o conflito ao desenlace é o momento em que este tributo extrapola o limite que lhe é permitido.

Há ainda um outro argumento que permite a afirmação de que o que está em jogo é o tributo. Em Jz 5.19 fala-se em “lucro **de prata**”. A palavra קֶדֶשׁ , “prata”, é o substantivo normal na linguagem bíblica para **dinheiro**, e dificilmente pode querer indicar aqui utensílios ou ornamentos de prata raptados aos vencidos, especialmente porque a expectativa pelo saque, expressa no v. 30, não os inclui em sua relação (do saque fazem parte mulheres e panos coloridos). Deve, pois, referir-se à “moeda”, a peças de prata utilizadas no pagamento do tributo.

Reis vieram, reis lutaram — mas desta vez não levaram seu tributo em prata! Alguém se opôs a suas pretensões. E, a julgar pelo uso da força, essas pretensões já anteriormente vinham sendo contestadas. Não faria sentido movimentar um exército, a fim de cobrar impostos, se estes fossem aceitos como normais. Por que se chegou a este desenlace? Esta pergunta nos leva a averiguar o desenvolvimento do conflito.

4.2 — O desenvolvimento do conflito

“Nos dias de Samgar, filho de Anate, nos dias de Jael, cessaram as caravanas, e os que andavam pelos caminhos, andavam por rotas tortuosas.

Engordaram os camponeses, em Israel engordaram em despojos, porque tu te levantaste, Débora, porque tu te levantaste, mãe em Israel!

Escolheram-se deuses novos, então houve guerra nos portões;

escudo realmente não se viu, nem lança, em 40 unidades de defesa em Israel”

Os vv. 6-8 nos permitem um vislumbre da situação à época do conflito. Quatro afirmações concretas estão contidas na unidade:

- 1) as caravanas cessaram e as estradas oficiais tiveram que ser evitadas;
- 2) os camponeses engordaram, porque Débora se levantou;
- 3) escolheram-se deuses novos, em consequência do que houve guerra;

4) neste momento "Israel" não dispunha de armamentos.

A menção às caravanas indica obviamente a existência de comércio. Este encontra-se interrompido. Causa disto é o bloqueio das estradas oficiais, pois, no contexto, nos é dito que viajantes precisam andar por "rotas tortuosas", em última análise, desvios. Em conseqüência da localização geográfica que determinamos, estas estradas indicam as rotas comerciais que atravessam a Planície de Jezreel, e que, à altura de Megido, formam importante cruzamento.

Longe de representar um problema, essa interrupção do comércio é saudada com alegria pelos camponeses, identificados no v. 7 com a grandeza "Israel". Enquanto as caravanas cessam, o campesinato engorda. Como se correlacionam estas duas afirmações?

Comércio pressupõe a existência de um excedente de produção. Dada a simultaneidade das duas afirmações, esse excedente, transformado em mercadoria, deve originar-se, senão totalmente, ao menos em grande parte da produção campesina. Não se poderia entender a informação de que o camponês "engorda", se o cessamento das caravanas lhe fosse prejudicial. Ao contrário, se "engorda", é porque o excedente de produção, transportado normalmente por aquelas caravanas, não lhe está sendo, de momento, desapropriado.

Neste caso, as caravanas e os caminhos aqui mencionados não indicam um sistema de trocas e um bloqueio de comunicação intertribais. Em conseqüência disso, é de se supor que caminhos e caravanas dizem respeito ao segmento citadino da população. Referem-se, pois, ao comércio externo.

É sabido que a Revolução Urbana foi em grande parte resultante do acúmulo de excedente de produção agrícola e pastoril surgido de diversos avanços tecnológicos. E sabe-se também que a cidade abrigou, entre outros, os soldados e os comerciantes, os controladores e os usuários das rotas comerciais. Esse desenvolvimento do processo civilizatório trouxe consigo um antagonismo crescente entre cidade e campo, uma vez que aquela se nutria deste, apropriando-se de seu excedente de produção⁽⁸⁾.

(8) Cf. RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório**. Estudos de Antropologia da Civilização. Etapas da Evolução Sócio-Cultural. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 1983, p. 73-93; CHILDE, G. A Revolução Urbana. In: PINSKY, J. **Textos 2. Modos de Produção na Antiguidade**. São Paulo, Global, 1982, p.25-59.

É interessante notar que os termos “Canaã” e “Cananeu” são seguidamente empregados no Antigo Testamento como substitutos para a palavra “comerciante” (Cf. p. ex.: Os 12.8; Is 23.8; Sf 1.11; Ez 16.29; 17.4; Zc 14.21). Ora, os reis que vêm lutar são claramente chamados de “reis de Canaã, no v. 19. Apesar de não podermos precisar a origem histórica da identificação dos termos, parece perfeitamente viável depreender do texto uma associação entre os reis e as caravanas.

Tudo leva a crer que o texto esteja a indicar a perda do controle das rotas comerciais da planície por parte da população citadina. Suas caravanas cessam; é preciso andar por desvios.

Por outro lado, os camponeses engordam em despojos. Uma pesquisa comparativa do termo, VIII גַּז “despojos”, testemunhado apenas 6 vezes no hebraico bíblico, revela que a palavra se refere à parte comestível do saque, ou, especificamente em nossa passagem, ao saque de gêneros alimentícios (cf. esp. Gn 49.27; Sf 3.8 e Is 33.23). Neste caso, a conclusão só pode ser uma: os camponeses saqueiam às caravanas o excedente de produção agrícola que lhes foi tomado. Não se trata, pois, de roubo, mas de uma retomada legítima daquilo que lhes foi desapropriado. É neste sentido que **engordam**. Fazem permanecer em seu meio o produto de suas mãos, o qual mais e mais lhes vinha sendo tirado pelo segmento citadino da população.

Isto só pode significar que o campesinato já se encontra em estado de revolta contra os seus opressores bem antes da batalha. Nega-se a pagar o tributo, aqui em produtos, lá em moeda. Essa negativa expressa-se de forma concreta no controle das estradas e no saque de caravanas, que são obrigadas a parar de circular.

Não temos no texto indícios que nos permitam explicar a estratégia desta resistência. Sabemos apenas que tudo isso aconteceu, porque Débora se levantou. E, uma vez que a ela é atribuído o título “mãe em Israel”, Débora deve ser a grande incitadora da revolta.

A última afirmação da unidade, porém, nos deixa ver que a insurreição ainda não tomou corpo, ainda não atingiu um ponto tal de maturação que já lhe permita assumir forma de organização duradoura. As 40 unidades de defesa de “Israel” encontram-se praticamente desarmadas, mal preparadas para enfrentar um conflito aberto e duradouro. Assim, o controle das entradas e o saque

às caravanas devem ser entendidos como rápidas incursões, assaltos praticados por pequenos grupos.

É evidente que uma tal revolta emergente só seria possível se o poderio militar da cidade se encontrasse enfraquecido. O próprio texto não apresenta maiores evidências que comprovem essa dedução, salvo a menção a uma coalizão de reis (plural), senhores das cidades-estado da planície. Precisam agir em conjunto, porque isoladamente não encontram força para abafar o movimento. Por outro lado, sabemos que a partir de aprox. 1200 a.C. o poderio egípcio se encontra em declínio, com o que as cidades-estado da Palestina, até então vassalal daquela potência e por ela apoiadas militarmente, começam também a se esfacelar⁽⁹⁾.

Mas ainda são suficientemente fortes para reagir e ameaçar o campesinato insurreto. Tentam, primeiramente, garantir seu direito ao tributo, através do recurso à religião: escolhem deuses novos (v.8), que legitimem seu poder de dominação. Mas este recurso fracassa. Os novos deuses não convencem os camponeses adoradores de Javé. Então há guerra nos portões das cidades. A soldadesca citadina mobiliza-se diante dos portões, em preparação para tentar abafar a revolta.

A primeira reação dos camponeses é de susto: Não há escudo, nem lança! A derrota parece iminente!

É diante deste medo, deste susto, que uma voz, que não conseguimos mais identificar, se levanta:

“Meu coração se inclina para os comandantes de Israel, os quais se apresentam voluntariamente. Louvai a Javé! — Vós, que montais jumentas vermelho-amareladas; vós, que sentais sobre túnicas, e vós, que andais pelo caminho, prestai atenção na voz dos distribuidores d’água entre os bebedouros! Lá se cantam os atos de justiça de Javé, os atos de justiça de seus camponeses em Israel!”(vv.9-11a)

Essa voz constata: há voluntários, há pessoas dispostas a enfrentar os reis e seus exércitos. E a população campesina, aqui indicada por um merisma que se utiliza de figuras de movimento: os que montam, os que sentam, os que andam a pé, é convocada a

(9) Cf. DONNER, H. op. cit., p.29-43.

escutar a voz dos que cantam entrem os bebedouros. Estes carregadores de água cantam, celebram, rememoram os atos guerreiros do passado, nos quais Javé conduziu seus camponeses à vitória. Não sabemos quais os atos de justiça⁽¹⁰⁾, quais os atos guerreiros que se pretende indicar. Importante é que esta proclamação — que não é feita por funcionários do culto, mas por trabalhadores — esta proclamação de fé permite a superação da crise em meio à resistência. A fé não está no ponto de partida da revolta. Mas no seu desenvolvimento, esta fé, esta memória dos atos de justiça de Javé ocupa espaço vital.

É depois deste momento que a organização se torna etévia. Débora canta, Baraque se mobiliza, e o campesinato se articula militarmente. “O povo de Javé desceu para os portões!” (v. 11b)

Não são todos os que vêm para a luta, são poucos. Apenas um “remanescente” (v. 13). Muitos dos que deveriam vir não vêm. Das 10 tribos relacionadas no texto, apenas 6 se apresentam para a luta. Mas, com aqueles que estão dispostos, os camponeses, o povo de Javé desce para os portões.

E dá-se a luta, sobre a qual pouco sabemos. Descrita figurativamente, talvez sob cobertura mitológica, a derrota da coalizão cananéia parece dever-se a um acidente. Suas tropas compostas de carros de guerra (v. 22 e 28b) são surpreendidas por uma chuva repentina que inunda o insignificante Ribeiro Quisom. Terão sido arrastados pela água (v. 21 = o ribeiro os arrastou)? As rodas de seus carros atolaram na terra encharcada, tornando inútil o galopar insistente dos cavalos (v. 22 = martelaram cascos de cavalos; galopar e galopar de garanhões)? Será em vão tentar reconstruir a cena.

Verdade é que alguns conseguem fugir. Parece ser esta a intenção da referência à cidade(!) de Meroz, que deveria, talvez, ter-lhes interceptado a fuga e não o fez, não veio em socorro de Javé. Maldita seja!

E bendita seja Jael! Seu ato consagra a revolta, ao liquidar com o general. Essa função de Sísera se depreende da importância dada a ele no próprio texto. Afinal, é o único “cananeu” a ter nome. Com sua execução, ligada ao desastre da tropa, a capacidade

(10) Cf. 1 Sm 12.7ss, onde a expressão indica as vitórias alcançadas por Javé e seu povo no passado.

de articulação militar por parte das cidades está no fim. Jael dá o golpe fatal na repressão.

Por fim, é interessante que o texto silencia sobre as consequências posteriores ao conflito. Nenhuma cidade é tomada, nenhuma destruída. Nenhum novo rei é elevado ao trono. E sabemos que as cidades-estado, da planície continuaram a ter vida independente por muito tempo, só sendo incorporadas a Israel sob a monarquia de Davi. A conclusão só pode ser uma: não se intenta, de fato, a substituição de uma ordem social por outra, nem a assunção do poder por parte de um povo "Israel" sobre outro povo "Canaã". O que se quer é acabar com o tributo que ultrapassou seus limites.

Isso nos leva a perguntar pela organização social e política dos protagonistas do conflito.

4.3 — Os protagonistas do conflito

Basicamente são apenas dois os grupos envolvidos no conflito: camponeses e reis. Aqueles são identificados com "Israel", estes com "Canaã". Uns são dominados, outros dominam.

Contudo, há uma maior diversificação nas relações. Assim, "Israel" não é constituído apenas por camponeses. Há também pastores e pessoas que trabalham em navios. E há também outros grupos que, atuando ou devendo atuar ao lado de Israel, não são identificados com esta grandeza. É o caso de Meroz e do grupo quenita. Em vista disso, a análise que se segue aborda os quatro grupos distintos: Israel, Meroz, o grupo quenita e, finalmente, os "cananeus".

4.3.1 — "Israel" •

É o grupo sobre o qual dispomos de maior número de detalhes. Isto se deve ao fato de o Cântico de Débora ser composto sob o ponto de vista dos vitoriosos.

Israel compõe-se, em nosso texto, de grupos semelhantes a tribos. Contudo é sintomático que os termos comuns para indicar a entidade tribal, בְּיָדָם e מִשְׁפָּחָם , não apareçam no texto. Por outro lado, no v. 18, temos a palavra בְּיָדָם , empregada para Zebulom e Naftali. Originalmente o termo בְּיָדָם significa "parentela, família", referindo-se então ao pequeno grupo, semelhante ao clã. Na falta de um substitutivo exato, continuamos a empregar o termo "tribo", conscientes da limitação deste uso.

Israel é, pois, aqui constituído de 10 "tribos". Não se trata, porém, de um grupo coeso e uniforme. Conforme o texto, sua unidade dá-se exclusivamente a nível ideológico. "Israel", como um todo, é resultado de uma identificação religiosa de grupos diferentes. É "povo de Javé" (vv.11b e 13b). Javé é "Deus de Israel" (vv.3b e 5b). "Israel" compõe-se de "seus camponeses" (de Javé, v.11a). Os vitoriosos são "amigos" de Javé(v.31a).

Mas, ao lado desta unidade religiosa, não existem outros elementos que garantam a coesão desta grandeza. Das 10 tribos que a compõem, apenas 6 atendem à convocação para a luta. Isso, por si só, já demonstra que cada uma delas representa uma entidade independente. Não há um poder central que controle as decisões. Estas são tomadas internamente, de tribo a tribo.

Não há dúvida de que um certo compromisso de entreajuda é pressuposto. Afinal, conta-se com a participação das quatro tribos ausentes. Nem seriam ali citadas, se não fosse este o caso. Mas sua ausência nem chega a ser decentemente repreendida. Sobre Rúben se lança um deboche; sobre Dã uma pergunta; de Gileade e Aser apenas se constata a omissão. Não há sanções. A julgar pela participação que se espera de Meroz (v.23), a efetividade do compromisso por parte das tribos ausentes é bastante fraca.

Tudo indica que a unidade real aconteça apenas sob a ameaça concreta que se abate sobre os camponeses. A iminência do confronto armado e a sua causa, a cobrança do tributo excessivo, parecem não dizer respeito às tribos omissas. Rúben é pastor de ovelhas (v.16a). Tem outro tipo de economia que não parece estar ameaçada. Dã é estrangeiro em navios (v.17ab). Além de estar distante, tem outro tipo de trabalho. Lá no mar, seu sustento não está sendo posto em jogo. Gileade está do outro lado do Jordão (v.17aa), longe da área em conflito. Não tem motivos para envolver-se. E Aser? Está junto à costa dos mares, talvez a pescar ou, como Dã, a trabalhar em navios.

No mínimo nos casos de Rúben e de Dã, a explicação é convincente. A referência a suas atividades econômicas principais seria desnecessária, se não pretendesse expressar uma diferenciação das tribos que lutam. Para estas, a indicação de seu trabalho não precisa mais ser feita. Já o foi. São camponeses, agricultores, cujo excedente de produção sustenta as cidades e que agora vem sendo exigido em demasia. Diante da reação armada das cidades

contra a negativa do tributo e a revolta campesina, as 6 tribos diretamente implicadas se unem. As demais se omitem.

A religião não é, pois, suficiente para garantir a unidade de "Israel". Apenas a determinante econômica é capaz de criar a coesão das 6 tribos implicadas. Isso pode explicar a participação de Efraim e Benjamim, que, apesar de estarem distantes do local de conflito, envolvem-se na ação. Se são agricultores como Naftali, Zebulom, Issacar e Maquir, sua atividade econômica essencial os identifica com estas. E mesmo que não estejam sendo diretamente ameaçadas, esta identificação as leva a participar do embate.

O texto de Jz 5 nos deixa entrever três atividades distintas, com relação ao trabalho destes camponeses. Há o trabalho agrícola, a ser deduzido do emprego do termo "camponeses". O tipo de cultura e a técnica de cultivo não são mencionados. V. 10 nos permite imaginar paralelamente a existência de uma criação de animais para transporte individual. Entretanto, é perfeitamente possível que tais jumentos sejam havidos por compra ou troca.

V. 11 nos apresenta os "distribuidores d'água". A atividade não pode ser determinada com exatidão. Muito importante, porém, é a função paralela ocupada por estas pessoas. Elas cantam e celebram os "atos de justiça de Javé", "atos de justiça de seus camponeses". A função é claramente religiosa. Na ausência de local e pessoal para o culto — o texto não menciona sacerdotes! — este espaço é ocupado pelos "distribuidores d'água" junto ao poço. Estes são os pregadores, os transmissores da memória religiosa.

V. 30 nos faz supor a existência de uma atividade artesanal, provavelmente desempenhada por mulheres. Da expectativa pelo saque, posta na boca das mulheres do palácio, faz insistentemente parte o "pano colorido", tecido com fios de cores diferentes. Como o saque é pretensamente raptado aos camponeses, deve tratar-se de produto de suas mãos. Supomos que seja produção de mulheres, porque as próprias mulheres fazem parte da expectativa. Depois da vitória, repartir-se-iam entre os soldados as mulheres dos vencidos, a fim de que servissem como reprodutoras, bem como o produto de seu trabalho. O tom de voz daquela "mais sábia dama" é claramente depreciativo em relação às mulheres campesinas.

Bem mais vasta é a terminologia empregada para a instância política, notadamente na área da organização militar. Diante da luta, é este obviamente o caráter essencial da forma de organização.

Não se trata de uma instituição permanente. As lideranças e a constituição da tropa são emergenciais. Assim é que Débora e Baraque nem sequer possuem títulos que definam a posição que ocupam. E, mesmo que se fale em 40 unidades de defesa, o fato de estarem desesperadamente desarmadas indica que sua existência militar não é duradoura. Cria-se em função do acontecimento. Inexiste antes dela, e não parece prolongar-se depois. Tem, pois, caráter meramente funcional.

Inequivocamente, Débora é a grande líder. Não é simples acessora de Baraque. É o contrário. Já a tríplice menção de seu nome o confirma. Baraque é apenas duas vezes mencionado. O papel de destaque cabe à mulher!

Débora é “mãe em Israel” (v.7b). A revolta campesina só foi possível, porque ela se levantou. Isso a coloca no início do conflito. Débora “fala um canto” (v.12a), em conseqüência do qual toda a movimentação guerreira se desencadeia. Neste sentido ela convoca, alista, organiza. Os “capitães de Issacar” estão com Débora (v.15a). Ela vai junto com os guerreiros ao campo de batalha.

Não nos parece possível reduzir tudo isso a uma única função. Jz 4 faz de Débora uma “profetiza” (Jz 4.4), título que se origina obviamente de círculos literários mais tardios. A redação deuteronomística a reduz a poetisa e cantora, tal qual aquelas que celebram o retorno vitorioso dos homens (cf. Êx 15.20s; 1 Sm 18.6s).

Com razão, P.C. Craigie⁽¹¹⁾ apontou para a função de incitar os homens à luta, através do canto, desempenhada por mulheres em textos do Oriente Próximo antigo, paralelizando-a com a ação de Débora, indicada no v.12. É perfeitamente possível que Débora seja, neste versículo, uma espécie de *K ā h i n a*, mulher vidente e mágica em função de conselheira militar, no mundo árabe pré-islâmico⁽¹²⁾.

(11) The Song of Deborah and the Epic of Tukulti Ninurta. **JBL**, Philadelphia, 88: 253-265, 1969. Cf. especialmente p. 259s.

(12) Assim STOLZ, F. *Jahwes und Israels Kriege — Kriegstheorien und Kriegserfahrungen im Glauben des alten Israels*. In: CULLMANN, O. et STOEBE, H.J., eds. **Abhandlungen zur Theologie des Alten und Neuen Testaments**. Zürich, Theologischer Verlag, 1972. V.60, p. 172-181.

Mas Débora é mais. Ela não só incita e atiza os guerreiros para a batalha. Organiza e precipita, já antes, a própria revolta (v.7). É líder carismática em todos os sentidos.

Baraque é o herói da guerra. Assume as funções de comando. A ele cabe "fazer prisioneiros" (v.12b). Mas ocupa posição subalterna a Débora: ele é enviado ao vale (v.15a). Em todo o caso, é significativa essa menção de homem e mulher, lado a lado na luta.

Além deles, são indicados os chefes militares das tribos ativas. Assim temos "comandantes" e "condutores com bastão de comando" (v.14); "capitães" (v.15). Interessante é notar que nenhum destes termos, a não ser talvez o último, é utilizado para descrever funções militares na época da monarquia.

Comandados por estes chefes militares são os "fortes" e os "guerreiros" (v.13). Ambas as palavras encontram-se, no hebraico, no campo semântico da "força", e indicam as qualidades heróicas dos combatentes. Quando nos fala em um "remanescente", o v.13 aponta para a pequena quantidade de componentes deste exército campesino.

Estas tropas movimentam-se a pé. São פְּדָיִם , "peões", como aqueles que acompanham Baraque (v.15a). Além disso estão fracamente armados. Não têm escudo nem lança (v.8b).

Taticamente, dividem-se em pequenos grupos. No v.8b, estes grupos recebem o nome de "unidades de defesa"; no v.14a, os grupos de Benjamim são chamados de $\text{עֵדוּתֵי בְנֵי בִּנְיָמִן}$, literalmente "povos". O primeiro termo refere-se ao pequeno grupo de guerreiros recrutados para a guerra dentro da unidade social do clã, ou, como mais acertadamente o define N. Gottwald⁽¹³⁾, a "associação protetora de famílias", que representa uma subdivisão da tribo. Cada uma destas unidades comporta uma média de 9 a 10 guerreiros⁽¹⁴⁾. O segundo termo deve situar-se nas proximidades do primeiro, representando também o pequeno agrupamento de guerreiros pertencentes a uma subdivisão tribal.

(13) **The Tribes of Yahweh. A Sociology of the Religion of Libertated Israel 1250 - 1050 B.C.E.**. New York, Orbis Books, 1979, p.270ss.

(14) Cf. MENDENHALL, G.E. The Census Lists of Numbers 1 and 26. **JBL**, Philadelphia 77: 52-66, 1958.

Finalmente, o conjunto de líderes, chefes e guerreiros recebe o nome de יְהוָה אֱלֹהֵינוּ , "povo de Javé". Este termo indica, por um lado, uma relação de parentesco entre Javé e os camponeses; por outro, é um designativo militar que poderia ser reproduzido por "exército de Javé".

Em alguns momentos, o texto indica a movimentação militar de "Israel", através do verbo "descer": "Então o povo de Javé desceu para os portões" (v.11b). "Então desceu um remanescente de fortes, o povo de Javé desceu para mim como guerreiros" (v.13). Ao relacionar os grupos que participam da luta, também se fala em "descer" (v.14). Esta indicação poderia pretender que os grupos que perfazem "Israel" habitam nas montanhas, ou, ao menos, que sua organização militar acontece nas montanhas. A primeira hipótese não parece viável, porque, se "Israel" habita nas montanhas, os reis não têm condições de controlá-lo e expropriá-lo de seu excedente de produção. Seus carros de guerra controlam muito bem a planície, mas não as montanhas. Isto nos leva a crer que a segunda hipótese esteja correta. Os "cananeus" não têm acesso militar às montanhas. Com isso, os camponeses encontram ali as melhores condições para organizarem-se militarmente.

Do ponto de vista religioso, "Israel" é adorador de Deus Javé. Conforme o texto, Javé não é um Deus próprio da Palestina. Vem de fora, de Seir, dos campos de Edom (v.4). É conhecido como "aquele do Sinai" (v.5), apesar de não ser mais entendido como uma divindade fixa a um local, no caso a montanha. Em Jz 5, é um Deus histórico que interfere decisivamente na batalha, através do milagre das forças da natureza (vv. 4s e 20s). Isto não acontece pela primeira vez. Israel conhece os "atos de justiça de Javé e de seus camponeses" (v.11). Trata-se de eventos bélicos do passado, apesar de não sabermos a quais o texto se refere.

Neste contexto, é muito importante atentar-se para a ausência de qualquer menção aos eventos do Êxodo. A similaridade entre a passagem pelo Mar Vermelho (Êx 14 e 15), e a derrota dos cananeus no Quisom é tão grande que salta aos olhos. Só se compreende este fenômeno, se o Israel de Jz 5 não tem conhecimento da libertação ocorrida no Egito. E, neste caso, o Israel de Jz 5 é um Israel que surge **na Palestina**, e que só mais tarde terá a tradição do Êxodo incorporada a sua fé. Não obstante, também para o Israel de Jz 5, Javé é um Deus que liberta.

Vista de modo isolado, a grandeza “Israel” apresenta todas as características de uma sociedade tribal. Cada grupo é independente em suas decisões. Suas lideranças apresentam caráter emergencial. A divisão de trabalho em seu meio não parece apresentar grandes contradições. Até mesmo a divisão de trabalho por sexo não parece ser acentuada, uma vez que a principal liderança em tempo de guerra é assumida por uma mulher. Como em toda a sociedade tribal, pode-se supor uma relação igualitária entre as pessoas em seu meio⁽¹⁵⁾. A pergunta que permanece e que só podemos responder após analisarmos os demais grupos de protagonistas é: pode-se ver “Israel” isoladamente em Jz 5?

4.3.2 — Meroz

É o grupo mais próximo de “Israel”. Tem um compromisso com os camponeses. Espera-se que venha “em socorro de Javé com os guerreiros” (v.23). A identificação de Javé com “Israel” permite deduzir que uma aliança entre Meroz e as tribos em luta é pressuposta. O não cumprimento de sua parte no acordo resulta em seu amaldiçoamento.

Meroz é uma cidade. Tem governantes e soldados. Por outro lado, se não é mencionada na relação das tribos de vv.14-18, não é entendida como tal, tampouco faz parte da entidade “Israel”. Além disso, o fato de ser tão duramente amaldiçoada indica que provavelmente se encontra tão próxima do campo de batalha que é impossível ignorar ou minimizar sua omissão. Mas, se se omitiu, não pode ser aldeia camponesa. Estaria sob a mesma ameaça que os demais grupos envolvidos. Se, porém, é cidade, sua quebra do acordo é explicável: está igualmente interessada no tributo. E espera continuar simpática aos camponeses, no caso de sua derrota. Por isso mantém-se neutra. Como acontece o contrário do que espera, os camponeses a desmascaram. Está do lado do sistema, apesar de comprometer-se religiosamente — só religiosamente — com o campesinato.

Pouco nos é dito sobre esta cidade em termo de organização social e política. Em se tratando de cidade, supomos que se estruture de modo semelhante aos “cananeus”.

(15) Cf. HOUTART, F. Religião e modos de produção pré-capitalistas. In: **Coleção Pesquisa e Projeto**. São Paulo, Paulinas, 1982. V.1, p. 16ss e 34ss.

4.3.3 — O grupo quenita

É o grupo do qual faz parte Jael, que interfere decisivamente em favor de "Israel", ao liquidar com o comandante adversário. Trata-se de um grupo autônomo. São nômades, pois moram em tendas. As "mulheres da tenda" formam o elemento de comparação na benção de Jael (v.24). Deduz-se daí que não se tratam de mulheres "israelitas", pois, se assim fosse, este deveria ser o termo comparativo. Por outro lado, seria de esperar que o grupo fosse mencionado na relação das tribos, vv.14-18, se se pretendesse afirmar sua pertinência à grandeza "Israel".

Os quenitas têm em Caim o seu herói epônimo. Dele se deriva o nome do grupo. Crê-se que os quenitas tenham sido ferreiros nômades. Além disso, sabe-se que os quenitas foram, senão os primeiros, ao menos também adoradores de Javé.

Nosso texto, porém, não menciona nenhuma das duas coisas. A referência ao "martelo de trabalhadores" (v.26ab) não é suficiente para indicar um determinado tipo de trabalho. Também não parece haver compromisso religioso entre quenitas e israelitas. Não há qualquer menção ao nome de Javé, nem mesmo na fórmula da benção, na unidade de vv.24-27. O texto deixa claro que Meroz tinha um compromisso com Javé e Israel, mas de Jael e dos quenitas nada se diz a respeito.

Em que base se dá, então, a identificação de Jael com os interesses campesinos?

Jael não teria real motivo para matar Sísera, se não o conhecesse. E, se sabe de quem se trata, sua tenda deve encontrar-se na área de conflito, ou seja, na área de influência dos reis derrotados. Isto se confirma pelo fato de que Sísera, em sua fuga, não pode ter buscado abrigo em local muito distante do embate. Ao mesmo tempo, ao oferecer-lhe leite em "taça de nobres" (v.25), Jael mostra saber quem tem a sua frente.

Também nômades de pouso passageiro estão sujeitos aos tributos impostos pela cidade (cf. p. ex. Gn 14.18ss). Sua condição de estrangeiros e seu pequeno número, porém, não lhes oferecem chances de opôr-se. No caso específico da passagem, contudo, o equilíbrio de forças encontra-se alterado, dado o desastre das tropas "cananéias" na batalha. É, pois, o momento oportuno para que Jael adira ao movimento campesino, trucidando o déspota que, sozinho, encontra o caminho de sua tenda.

Apesar de honrar o direito de hospedagem ao tratar como um nobre o fugitivo, Jael quebra o protocolo ao matá-lo. Sua atitude chama a atenção, e só pode ser explicada, se ela de fato se encontra entre os que são oprimidos pela população citadina. Esta nos parece ser a única suposição viável para explicar o ato heróico e decisivo da mulher do grupo quenita.

Poucos são os indícios sobre a economia e o trabalho dos quenitas. A menção ao leite indica a criação de gado leiteiro, provavelmente cabras. O gado maior não se adapta muito bem às condições de vida nômade. Rebanhos de ovelhas e cabras são mais facilmente tangidos de lugar a lugar, em busca de pasto. O martelo e a estaca não nos permitem maiores deduções.

Por fim, vale notar que a atitude de Jael não é própria da mulher submissa ao homem. Indica muito mais a qualidade da mulher que luta, tem força e destreza para empunhar o “martelo de trabalhadores”, e não titubeia em matar o soldado inimigo. Não se diferencia em nada dos guerreiros que descem ao campo de batalha.

4.3.4 — Os reis de Canaã

Até agora temos utilizado diversas vezes a expressão “cananeus” para indicar os adversários dos camponeses. Mas temos que admitir que ela não é suficientemente exata. O texto de fato não a utiliza assim em nenhum momento. Fala uma única vez em “reis de Canaã” (v.19). E estamos plenamente convictos de que “Canaã” não representa aqui mais do que uma referência geográfica genérica. De maneira alguma indica um povo “cananeu”, étnica ou territorialmente distinto dos “israelitas”.

Os verdadeiros inimigos dos camponeses são os **reis**. Estes vêm e lutam. Representam, pois, o ápice da pirâmide na formação social apresentada pelo texto.

Toda a base econômica que os sustenta não é por eles próprios produzida. Aliás, não há no texto uma única palavra que permita deduzir que trabalhem. Sua existência é parasitária. Fundamenta-se única e exclusivamente no tributo que arrecadam ao segmento campesino da população, na forma de produtos e de peças de prata. Estas últimas representam a moeda por eles mesmos fornecida para propiciar a circulação de mercadoria. E os primeiros são por eles comercializados externamente, através de suas caravanas.

Para garantir a expropriação do excedente campesino e a sua comercialização, os reis dispõem de um aparato militar especializado. A tecnologia militar mais avançada da época é utilizada em seus exércitos: cavalos (v.22) e carros de combate (v.28b).

Só muito tardiamente o cavalo é utilizado como montaria. No período em estudo, é animal de tração de carros de combate. Dada a sua agilidade e velocidade, imprime grande capacidade de assalto ao carro de combate. Este movimenta-se muito bem na planície, encontrando, porém, dificuldades em terreno acidentado. É uma das causas de as cidades dominarem totalmente as áreas planas da Palestina. Pode ser puxado por uma ou duas parrelhas de cavalos. Desde os hititas (aprox. 1530 a.C.), sua tripulação é composta por três homens: um cocheiro, um arqueiro e um escudeiro⁽¹⁶⁾.

A dupla menção a "portões" (vv.8a e 11b), permite deduzir que moram em cidades fortificadas, cercadas de muros. Pela localização geográfica, devem tratar-se das cidades-estado da Planície de Jezreel. Taanaque é indicada, e é de supor que componha a coalizão. Não sabemos quantas, nem quais cidades dela participam.

Nestas cidades, os reis habitam em casas, as quais devem ser relativamente grandes, em vista das "damas" que se agrupam em torno da mãe de Sísera (v.29). A rainha-mãe é aqui ironicamente contraposta a Débora (v.7) e Jael. Enquanto Débora realmente decide e luta, a mãe de Sísera não sabe mais do que esperar.

Em suas casas, as mulheres aguardam os guerreiros e o cobijado saque. Este deve servir como parte do pagamento das tropas: mulheres para a cama e panos coloridos para o pescoço. E aqui outra vez a ironia se faz presente: a mais sábia dama espera que o guerreiro traga uma ou duas mulheres como presa. E não sabe que foram duas mulheres que derrotaram o guerreiro e lhe arrebentaram a cabeça.

Chama a atenção a futilidade das mulheres cidadinas. Evidentemente não trabalham. Também não lutam. Servem apenas de penduricalhos e de reprodutores para seus maridos. E até se

(16) Cf. WEIPPERT, H. Artigo Pferd und Streitwagen. In: GALLING, K., ed. **Biblisches Reallexikon**. 2.ed., Tübingen, J.C. Mohr (Paul Siebeck), 1977, p. 250-254.

alegram com a possibilidade de o macho trazer consigo mais algumas mulheres campesinas, a fim de abusá-las sexualmente.

Por último, vale notar que, apesar de representarem cada uma um pequeno "estado", as cidades se organizam em coalizões com o intuito de defenderem seus interesses. Em nosso caso, a coalizão tem um líder, Sísera, que certamente é também um rei, soberano de uma destas cidades. O fato de este nome indicar que se trata de um elemento pertinente aos "povos do mar" apenas confirma a concepção de que os "cananeus" não são um povo, mas o segmento dominante na formação social.

5 — O modo de produção determinante em Jz 5

A análise até aqui empreendida, permitiu-nos uma série de constatações sobre a organização do trabalho, da sociedade, da política e da religião em Jz 5. Mas o quadro ainda não está completo. É ainda bastante fragmentário. Para consolidá-lo o texto não oferece maiores elementos. Em vista disso, faz-se necessário recorrer à sociologia. Ela pode fornecer-nos um modelo teórico mais abrangente que nos permita recompor a formação social de Jz 5. Fazemo-lo com base no conceito de modo de produção.

Modo de produção é um conceito teórico. É modelo que serve de instrumento analítico para a interpretação de uma determinada realidade social, a partir de suas relações de produção. Como tal, é hipotético, e não possui uma existência real, ao menos não em seu estado puro.

Diferente é o que chamamos de formação social. Este conceito indica uma sociedade historicamente determinada, na qual se combinam diferentes modos de produção, dos quais um é determinante. Em outras palavras, a formação social representada no texto de Jz 5 pode compor-se de vários modos de produção diferentes. Mas haverá um deles que se imporá ao conjunto, caracterizando o todo social.

Estamos convencidos de que o modo de produção determinante em nosso texto é o **tributário**. Parece-nos, entretanto, metodologicamente correto discutir ainda outras duas possibilidades: o modo de produção tribal ou comunitário e o modo de produção feudal. O primeiro poderia ser erroneamente deduzido do poema; o segundo é seguidamente considerado como característico para a sociedade cananéia por diversos pesquisadores do Antigo Testa-

mento⁽¹⁷⁾. Começaremos pelas duas últimas hipóteses, deixando nossa proposta para o final. Evidentemente não pretendemos ser exaustivos na caracterização de todos os modelos teóricos.

5.1 — O modo de produção tribal ou comunitário

Caracteriza-se pela ausência de propriedade particular. O meio de produção é coletivo. A terra na sociedade campesina, as pastagens e os rebanhos na sociedade pastoril, são propriedades do clã ou da tribo, em suma de toda a comunidade. A única condição para o uso dos meios de produção e para o acesso ao produto social é que se pertença à comunidade.

A apropriação do produto se dá em base igualitária. Em havendo excedente de produção, este é consumido em festas. Tenta-se assim evitar a possibilidade de seu acúmulo por parte de indivíduos ou grupos. Intercâmbios comerciais são absolutamente inexistentes. Há apenas um sistema de troca interno.

A divisão do trabalho acontece por idade e sexo. As questões político-jurídicas são decididas em assembléias, nas quais a autoridade cabe aos anciãos do grupo em questão. As lideranças têm caráter emergencial. Não se apresenta ainda uma estrutura de classe⁽¹⁸⁾.

Uma série de elementos próprios ao modo de produção comunitário coincide com o sistema tribal "israelita". Ainda que nem todos estejam contidos no texto em estudo, conhecemo-los de outras passagens, nas quais as tribos de "Israel" são descritas. Vista isoladamente, a grandeza "Israel" apresenta todas as características de uma sociedade tribal.

Acontece, porém, que os grupos relacionados nos vv. 14-18 do Cântico de Débora não podem ser vistos de forma isolada, ao menos não aqueles, cuja atividade econômica essencial é a agricultura. Estes têm seu excedente de produção expropriado pelo segmento citadino da população. Em relação a estes, seu sistema econômico deixou de ser igualitário. Existe já uma contradição entre cidade e campo. Uma apresenta-se como exploradora do outro. A estrutura comunitária está, pois, rompida.

(17) Cf. p. ex. NOTH, M. *Geschichte Israels*. 6 ed., Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1966, p. 34; BRIGHT, J. *História de Israel*. 2.ed., São Paulo, Paulinas, 1981, p. 77.

(18) Cf. HOUTART, F., op. cit., p.16ss; 33ss; RIBEIRO, D. op. cit., p. 65-72.

É perfeitamente possível, e cremos que este seja realmene o caso, que as tribos de Rúben, Gad e Aser ainda apresentem, em sua autonomia, as características deste modo de produção. Não estão envolvidas no conflito, logo não estão sujeitas ao tributo. Sua economia é diferente da dos camponeses, e, desde que não encontrem interferências externas ou contradições internas, podem ser espécimes comunitários isolados, ligados entre si e aos outros unicamente pelos laços ideológicos comuns.

Um pouco diferente é o grupo quenita. Parece estar sujeito ao tributo imposto pelo segmento citadino, mas sua condição nômade torna esta relação passageira. Não estando fixo ao território, esta exploração pode deixar de existir assim que se mudar de local. Internamente, apresentará uma estrutura tribal.

Nos grupos camponeses, porém, a relação econômica com os reis "cananeus" impede que o modo de produção tribal os caracterize isoladamente. Seu meio de produção, a terra, é fixo, e seu sobreproduto está constantemente sob o controle da cidade. A contradição espelhada nesta relação exige que se busque por outro modelo teórico.

5.2 — O modo de produção feudal

Pressupõe claramente a existência de um excedente de produção expropriado aos produtores por uma classe proprietária. Esta detém o principal meio de produção, normalmente a terra. O senhor feudal é proprietário particular do latifúndio. O camponês, por seu lado, possui a terra, isto é, a utiliza e a ocupa. Além disso, é proprietário de outros meios de produção, como é o caso dos instrumentos de trabalho. Cria-se, assim, um dualismo entre senhores proprietários e servos possuidores do meio de produção.

A utilização das terras por parte dos camponeses dá-se em bases de arrendamento, o qual acontece "em troca de corvéia, taxas e outras formas de pagamento"⁽¹⁹⁾. O senhor feudal mantém sempre o direito de conceder, retirar ou suspender este arrendamento.

O fato de a propriedade e a posse da terra não coincidirem, exige que as relações de produção sejam legitimadas por instâncias mais fortes do que a econômica. Em vista disso, a política e es-

(19) Cf. HOUTART, F. op. cit., p.76.

pecialmente a ideologia ocupam o espaço dominante neste modo de produção⁽²⁰⁾.

Já apontamos acima que a pesquisa vétero-testamentária seguidamente entende o sistema das cidades-estado cananéias como típico representante do modo de produção feudal. Até mesmo o mais recente estudo de Norman Gottwald, *The Tribes of Yahweh*, continua a utilizar-se deste modelo teórico, apesar de o autor ter consciência de suas limitações⁽²¹⁾.

Não podemos discutir aqui toda a amplitude da questão, nem é este o propósito precípua do presente estudo. Mas precisamos, na limitação de nosso texto, levantar no mínimo uma pergunta: Como se coaduna um "feudalismo cananeu" com a série de elementos que indicam ainda a existência de um "Israel" em moldes tribais, quando vistos isoladamente?

Se os "cananeus" são senhores feudais, então a terra é sua propriedade particular, e os camponeses "israelitas" são seus servos arrendatários. Neste caso, estes últimos não são expropriados apenas de seu sobreproduto, mas do próprio meio de produção. Aí, porém, as características tribais e comunitárias de "Israel" estão de algum modo deslocadas, pois a ausência de propriedade coletiva quebraria inevitavelmente o sistema igualitário e a tendência seria reproduzir em seu meio as relações sociais e políticas feudais. Também o conflito não se daria exclusivamente por causa do tributo, como é o caso no texto. A luta aconteceria pela propriedade dos meios de produção. Buscar-se-ia inverter a ordem social, ou ao menos desbaratá-la, o que não é o caso.

Em vista disso, a hipótese de que se trate de um modo de produção feudal é muitíssimo improvável. As relações econômicas em Jz 5 estão baseadas numa cobrança de tributo a uma sociedade com traços nitidamente igualitários. E isto nos leva a propor o modo de produção tributário como modelo teórico fundamental para a formação social apresentada no texto.

5.3 — O modo de produção tributário

O emprego do termo "tributário" para definir este modo de produção não é unânime. Karl Marx, que o intuiu, chamou-o de

(20) Cf. HOUTART, F. op. cit., p.20s, 52ss, 75ss.

(21) GOTTWALD, N. op. cit., especialmente p 391ss e 756s, nota 299.

modo de produção "asiático", dado ao fato de supô-lo mais encontrado na Ásia(22). Essa denominação continuou a ser empregada por diversos autores(23). Darci Ribeiro prefere falar em "formação teocrática de regadio"(24). Uma vez que este modo de produção não se restringe a uma determinada área geográfica nem a um determinado tipo de tecnologia, optamos por falar em modo de produção tributário. A base em que se dá sua relação econômica é o tributo(25).

O modo de produção tributário deriva-se do modo de produção tribal ou comunitário. Caracteriza-se, porém, já por uma contradição. Em sua base, a organização do trabalho continua em sua forma coletiva. Também é coletiva a propriedade real dos meios de produção. Em nada se diferenciaria do antigo sistema comunitário, não fosse o fato de existir uma minoria dominante que a expropria de seu excedente de produção. Em sua origem, esta minoria nada mais é do que um grupo de pessoas destacadas para a realização de grandes trabalhos econômicos, do serviço religioso, ou da organização da defesa contra inimigos externos. Todas estas atividades ultrapassam as possibilidades do clã ou da tribo, que, numa relação de contrato, se dispõe a garantir o sustento desta minoria, fornecendo-lhe parte de seu excedente de produção. Há, pois, uma troca de serviços, uma divisão de trabalho mais acentuada do que no modo de produção comunitário.

Conforme M. Godelier,

"as vantagens particulares de que se beneficia esta minoria, a título dos serviços prestados às comunidades, transformam-se em obrigações sem oposição, ou seja, exploração. Constantemente, as comunidades sofrem a expropriação do solo, que se converte em propriedade do rei, personificação da comunidade superior. Há, pois, a exploração do homem, o aparecimento de uma classe exploradora, **sem que exista propriedade privada da terra**".(26)

-
- (22) Marx emprega assim o conceito, p. ex. no Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política". Cf. MARX, K. et ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa — Ômega, s.d., V.1, p. 202
- (23) Cf. os diversos artigos in: GEBRAN, Ph., coord., **Conceito de Modo de Produção**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- (24) Cf. RIBEIRO, O. op. cit., p. 31 e 97ss.
- (25) Assim também HOUTART, F. op. cit., p.18 e 54s.
- (26) Por nós sublinhado; citado de GODELIER, M. Hipóteses sobre a natureza e as leis de evolução do Modo de Produção Asiático. In: GEBRAN, Ph. op. cit., p.73.

Esta última constatação do autor citado, e por nós sublinhada, é a que melhor esclarece a diferença entre os modos de produção tributário e feudal, pois, neste último, o meio de produção é propriedade privada do senhor feudal. No modo de produção tributário, a organização da classe produtora pode permanecer inalterada em relação ao sistema feudal, porque a posse do meio de produção continua a ter caráter coletivo. A expropriação do excedente da maioria produtora pela minoria dominante dá-se, pois, sob a forma de um tributo. Este, porém, só se legitima pela relação de contrato existente entre os dois grupos, e pode perfeitamente ser considerado ilegítimo pela classe produtora, quando o poder exercido pela minoria não lhe parece mais preencher sua função e/ou a cobrança do tributo passa a ser vista como arbitrária⁽²⁷⁾.

Em resumo, podemos dizer com Houtart:

“Trata-se, portanto, de uma relação entre uma entidade superior, que exerce o controle econômico do conjunto por meio da arrecadação de um tributo, e unidades locais, que conservam uma ampla autonomia em virtude da posse do meio de produção e do controle sobre a organização do trabalho. Tal relação básica articula-se com um sistema político correspondente, isto é, um poder político central e entidades políticas dependentes mas autônomas em sua organização interna...”⁽²⁸⁾

Não temos dúvida de que o modelo corresponde ao modo de produção principal contido no texto de Jz 5. O conflito ali expresso acontece justamente por causa do tributo. Temos reis “cananeus”, personificações das entidades superiores que expropriam o sobreproduto campesino. Temos camponeses, organizados ainda comunitariamente, que contestam a cobrança de tributo, porque este se tornou excessivo. Não há propriedade privada. O trabalho em “Israel” é coletivo. Suas tribos, apesar de dependentes, são autônomas tanto na organização do trabalho quanto em suas decisões políticas.

“Cananeus” e camponeses “israelitas” não são, pois, dois povos distintos. São segmentos da mesma população, “classes”

(27) Cf. HOUTART, F. op.cit., p. 18s.

(28) HOUTART, F. op. cit., p.56.

distintas — a exploradora e a explorada — da mesma formação social, cuja relação econômica se expressa no tributo.

Com este resultado, podemos passar a retratar, a título de conclusão, a formação social presente nos acontecimentos relatados no texto de Jz 5.

6 — A formação social em Jz 5

Na primeira metade do séc. XII a.C., encontramos no norte da Palestina, mais especificamente na Planície de Jezreel e suas cercanias, uma formação social caracterizada essencialmente pelo modo de produção tributário. Ali, comunidades aldeãs camponesas são expropriadas de seu excedente de produção por um número desconhecido de pequenas cidades-estados. Esta expropriação acontece na forma de tributo, pago pelos camponeses tanto em produtos quanto em peças de prata.

A “classe” exploradora apresenta um aparato estatal, à cuja testa encontramos reis, dos quais apenas um nos é conhecido pelo nome: Sísera. Ao lado destes reis constatamos a existência de forças militares sofisticadamente armadas, que se utilizam da técnica militar mais avançada da época, a saber, carros de combate puxados por cavalos. Não existe um estado unitário. São diversas pequenas cidades-estado. Não conhecemos a extensão dos territórios por elas dominados. Sabemos, porém, que podem unir-se em coalizões na defesa de seus interesses, notadamente o de garantir a arrecadação do tributo. São chamados de “cananeus” pelos camponeses, o que, além de representar uma localização geográfica genérica, pode pretender indicar a atividade comercial praticada pela classe exploradora, que usa parte do tributo arrecadado como mercadoria. Não temos conhecimento sobre o tipo de serviço que cabe à “classe” cidadina em seu acordo com o campesinato e pelo qual recebe o tributo.

Os camponeses expropriados de seu sobreproduto estão organizados em 6 tribos, denominadas Efraim, Benjamim, Maquir, Zebulom, Issacar e Naftali. Internamente, sua produção se dá em bases coletivas. Praticam basicamente a agricultura, mas em seu meio encontramos também atividades artesanais — pelo que sabemos trata-se somente de tecelagem, aparentemente desenvolvida pelas mulheres. Há indícios de possível criação de animais de montaria. Da divisão de trabalho, além da que se dá por sexos, te-

mos notícia do serviço de distribuição de água, cujos agentes também exercem funções religiosas. As lideranças políticas são emergenciais e as mulheres delas participam. Em caso de ameaças externas, articulam-se as suas unidades de defesa, constituídas de pequenos grupos de homens fracamente armados, provenientes dos diversos clãs.

Cada uma das 6 tribos tem vida independente. Mas podem agir conjuntamente na defesa de seus interesses. Estão ligadas a outras 4 pelo culto à mesma divindade, cujo nome é Javé. Esta união cultural recebe o nome de "Israel", que serve também para designar apenas as 6 tribos camponesas. Esta ligação, porém, não representa nenhum compromisso efetivo de defesa mútua ou de entreatajuda. As 4 tribos, Rúben, Gileade, Dã e Aser praticam outro tipo de economia e não se sentem identificadas com a resistência empreendida pelos camponeses contra a cobrança do tributo por parte das cidades-estado. Conseguimos identificar na tribo de Rúben uma atividade econômica pastoril, e na tribo de Dã uma atividade em navios estrangeiros. Não temos maiores detalhes de como se desenvolvem. Igualmente nada sabemos a respeito do trabalho das outras duas tribos.

Na mesma situação que as 6 tribos camponesas, encontra-se um grupo nômade chamado de quenita. Não parecem cultuar a mesma divindade. Têm também outro tipo de economia que os camponeses. Talvez sejam ferreiros, mas, com certeza, sabemos apenas que criam gado pequeno, ovelhas e cabras. Encontram-se, porém, sujeitos ao mesmo tributo, pois residem momentaneamente na área dominada pelas cidades-estado.

No momento histórico determinado, descrito pelo poema contido no texto bíblico de Jz 5, esta formação social apresenta um conflito aberto entre a classe exploradora e os camponeses explorados. Estes últimos revoltam-se contra a cobrança do tributo, negam-se a pagá-lo e buscam retomá-lo, assaltando as caravanas dos comerciantes citadinos. O motivo da revolta deve-se ao fato de o tributo estar sendo considerado extorsivo. Evidentemente deve-se contar com um enfraquecimento do poderio citadino e com uma tomada de consciência por parte do campesinato.

O conflito desemboca numa batalha na Planície de Jezreel, às margens do Ribeiro Quisom. Ali se defrontam o potente exército citadino, liderado por Sísera, e as unidades de defesa campesinas, lideradas por Débora e Baraque. Uma chuva repentina inunda o

leito seco do insignificante ribeiro, causando um desastre às hostes "cananéias", cujos carros ficam inutilizáveis no terreno lamacento e são carregados pela torrente. Inferiorizados, os "cananeus" fogem. Identificada com os camponeses, Jael, mulher do grupo quenita, trucidou o general inimigo, que viera buscar refúgio em sua tenda, a golpes de martelo, pondo fim à supremacia citadina.

Não há qualquer sinal de tomada do poder por parte dos camponeses, após a batalha. Ao que tudo indica, trata-se apenas de um conflito que busca restabelecer as bases contratuais entre cidade e campo, em vigor antes que o tributo se tornasse excessivo.